

23.03.88

A moda, agora, consiste em modernizar nossa indústria e nossa agricultura, para torná-las mais competitivas com as dos países mais desenvolvidos, o que suscita toda uma série de questões correlatas, a começar pela de saber em que balança será medida a ajuda competitiva, isto é, que moeda deve servir-nos de padrão. Afinal, nossa moeda não é um simples vale de dólar ou de qualquer outra moeda forte ou cesta de moedas fortes. Como o balcão panamenho é (ou era, até há pouco). A moeda brasileira, que está emergindo de meio século de industrialização é uma verdadeira moeda — não um vale de moeda forte — não obstante suas taras conhecidas e outras que não são ainda tão conhecidas.

Quer isso dizer que a comparação do valor de nossos produtos com o dos produtos de outros países passa pelo crisol do tipo de câmbio — ou eventualmente do sistema vigente de tipos de câmbio, consideradas as categorias e as tarifas aduaneiras. Feitas as contas, portanto, o valor dos nossos produtos exprime-se em valor de outros produtos, também nossos. Antes quando exportávamos pouquíssimos produtos — tendendo para um só produto — a produtividade de nossos setores específicos media-se de forma relativamente simples, confrontando os custos sociais implícitos com os custos incursos pelo setor exportador, por unidade de produto. Esse confronto tornou-se agora mais complicado, mas sua essência não mudou.

É claro que, depois de mais de meio século de industrialização substitutiva de importações, baseada em reserva de mercado, e que trouxe a níveis muito baixos o coeficiente de abertura de nossa economia, aproximando-se demasiado da autarquia ou auto-suficiência, uma reabertura maior no esquema mundial de divisão do trabalho entrou para a ordem do dia. Mas essa reabertura não se pode fazer pelo simples expediente de desmantelar os instrumentos historicamente criados de reserva de mercado. Nem, ainda menos, pelo financiamento, por nosso próprio governo, a exemplo de que fizemos durante o malogrado Plano Cruzado, da importação de produtos estrangeiros, competitivos com os nossos. Isto é, por um "dumping" nem, ao menos financiado pelo governo dos outros países, mas pelo nosso próprio.

Numa verdadeira economia nacional, limitada pela circulação da mesma moe-

da, o custo dos produtos exportados exprime-se em insumos comprados dentro do mercado nacional inclusive pela importação de parte desses insumos. Em suma, tudo se passa como se, afinal, umas atividades integrantes da economia nacional competissem com outras atividades integrantes da mesma economia. O comércio exterior dá-nos apenas um elo dessa cadeia.

Se não formos capazes de um mínimo de planejamento de nossas relações econômicas com o setor resto do mundo, poderemos correr o risco de submeter a sucateamento a indústria que estivermos criando — inclusive a agricultura e a produção primária, que não escaparam ao movimento geral de industrialização. Ora, esse planejamento não se poderá fazer sem a ajuda das instituições que criamos para implantar a multifacética reserva de mercado que aí está, sem a qual não teríamos tido industrialização alguma. E, naturalmente, teremos que aprender a afeioar os instrumentos historicamente criados, aos novos fins, a começar pela maior integração de Brasil na economia mundial. Os mesmos instrumentos que, no estágio transcurso de nossa industrialização, serviram para e considerável fechamento da economia

isto é, para a ~~desautarcização~~ deverão servir agora a outros fins, a começar pela desautarcização.

Por exemplo, quando, nos anos 30, começamos a industrializar-nos e exportador tinha direito incontestado, não somente ao valor das divisas ganhas em moeda nacional, mas à livre disposição das próprias divisas. A relativa limitação a essa liberdade de disposição custou-nos profundas batalhas políticas, mas teve papel decisivo em todo o nosso ulterior desenvolvimento o qual, por toda uma série de razões, assumiu caráter marcadamente autarcizante. E devemos agora ajustar o instrumento criado, a novos fins, isto é, à imperiosa necessidade de desautarcização, que deverá pautar o novo estágio de industrialização, que se deverá abrir em breve.

Esse novo estágio de nossa industrialização terá que começar na condição de uma pesada dívida externa, compensada, no interior da economia por consideráveis reservas de capacidade ociosa. Por um lado, essa dívida externa não se distribui homogênea e por todos os países integrantes da economia mundial; por outro, a capacidade ociosa não se distribui igualmente por todas as atividades integrantes da economia nacional. Segue-se

que a utilização do potencial ocioso nacional para o atendimento dos compromissos externos, vencidos e vindouros, exige toda uma diversidade de liberalizações para o simples do comércio exterior.

Com efeito, não haveria razões para limitarmos as importações dos países que não são nossos credores, nem dadas as disponibilidades de divisas, que criar óbices à importação de produtos que ainda não podemos suprir internamente. Portanto, o esforço de desautarcização deverá fazer-se ordenadamente, modulando os fluxos do comércio exterior, de modo a reservar parte da receita de divisas obtidas dos países credores, para o indispensável serviço da dívida, e, por outro lado, a orientar maior parcela da receita de divisas para — uma vez convertida em moeda nacional — financiar as compras às atividades nacionais com capacidade ociosa, ou para compras a países que, não sendo nossos credores, ofereçam a perspectiva de aumento de suas compras a atividades nacionais com capacidade ociosa.

Nas presentes condições, a necessidade de um planejamento como o acima sugerido ainda não se tornou evidente para toda a opinião nacional, por falta de uma condição indispensável para isso, a saber: a criação de um estado de solvência das finanças públicas. No presente estado de insolvência das finanças públicas, a política governamental de comércio exterior não pode conduzir senão à busca planejada de déficit, justificando-se embora essa política surgida pela necessidade de desautarcização da economia nacional.

Compreende-se, com efeito, que o aparecimento de superávit nas nossas contas correntes externas pressupõe certa disponibilidade de recursos, em moeda nacional, para a aquisição da contrapartida em divisas, daquele superávit. O aparecimento involuntário de um superávit comercial como o do mês passado, deixara em pânico os administradores das finanças públicas.

O saneamento das finanças públicas internas, isto é, em moeda nacional, é o ponto de partida obrigatório para qualquer reorientação da economia. E é com vistas a esse saneamento que venho insistindo na necessidade da privatização de um quantos serviços públicos ora concedidos a empresas públicas.

IGNACIO M. RANGEL, 78 economista, é membro do Conselho Federal de Economia e do presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro.

de autarcizantes